

Campus: Diadema		
Curso (s): Ciências - Licenciatura		
Unidade Curricular (UC): Escola Pública		
Unidade Curricular (UC): <i>Public School</i>		
Unidade Curricular (UC): Escuela Pública		
Código da UC:		
Docente Responsável/Departamento: Sergio Stoco		Contato (e-mail): sergio.stoco@unifesp.br
Docente (s) Colaborador/a (es/as)/Departamento (s): Denilson Cordeiro /DCET; Flaminio Rangel / DCET		Contato (e-mail): denilson.cordeiro@unifesp.br ; flaminio.rangel@unifesp.br
Ano letivo: 2024	Termo: primeiro	Turno: noturno
Nome do Grupo/Módulo/Eixo da UC (se houver):		Idioma predominante em que a UC será oferecida: <input checked="" type="checkbox"/> Português <input type="checkbox"/> English <input type="checkbox"/> Español <input type="checkbox"/> Français <input type="checkbox"/> Libras <input type="checkbox"/> Outro:
UC: <input type="checkbox"/> Fixa <input checked="" type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/> Optativa	Oferecida como: <input checked="" type="checkbox"/> Disciplina <input type="checkbox"/> Módulo <input type="checkbox"/> Estágio <input type="checkbox"/> Outro:	Oferta da UC: <input type="checkbox"/> Semestral <input checked="" type="checkbox"/> Anual
Ambiente Virtual de Aprendizagem: <input checked="" type="checkbox"/> Moodle <input type="checkbox"/> Classroom <input type="checkbox"/> Outro: <input type="checkbox"/> Não se aplica		
Pré-Requisito (s) - Indicar Código e Nome (s) da (s) UC: 3565 Política Educacional e Gestão Escolar; 4666 Estágio Supervisionado Obrigatório I		
Carga horária total (em horas): 36 horas		
Carga horária teórica (em horas):	Carga horária prática (em horas): 36h	Carga horária de extensão (em horas, se houver): 36h
Se houver atividades de extensão, indicar código e nome do projeto ou programa vinculado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC): 21464 REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE		
Ementa: <i>Por que a escola é pública? Por que todos devem ir para a escola? O que é ser professor? Por que tenho que estudar este conteúdo? Para que serve a avaliação? Como o dinheiro chega na escola? Como as famílias participam da educação escolar?</i>		
Conteúdo programático: 1. Visitando o projeto Político Pedagógico da escola. 2. Uma escola acessível, disponível, aceitável e adaptável. 3. Direito à educação e gestão democrática. 4. Princípios e Valores na formação ética e política dos professores. 5. Organizando o Plano de Ensino, os materiais pedagógicos e a sequência didática.		
Objetivos: <u> Gerais:</u> <ul style="list-style-type: none"> Refletir e debater a respeito dos conhecimentos desenvolvidos nas UCs Política Educacional e Gestão Escolar e Estágio Supervisionado Obrigatório I; Estimular a reflexão sobre a práxis docente; Ampliar o potencial formativo e da organização da gestão democrática nas escolas públicas. 		

Específicos:

- Organizar um curso de formação articulado com os Aprofundamentos Curriculares, nas áreas do conhecimento do currículo escolar da Educação Básica.

Metodologia de ensino:

O curso será desenvolvido por meio de uma oficina de planejamento e organização de um curso, para implementação na Educação Básica, associado a um projeto de extensão articulado com escolas públicas.

Avaliação:

A participação aluno em sala de aula pressupõe a leitura dos textos indicados e o acesso às informações disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem (moodle) e a participação nas atividades nas escolas.

A frequência mínima para aprovação é 75% conforme critérios de promoção para os cursos de graduação da UNIFESP; sendo as exceções àquelas amparadas em lei e resoluções do ministério da educação e dos conselhos nacional e estadual de educação.

Serão quatro, os componentes para acompanhamento do desenvolvimento do estudante:

- 1 – Habilidade escritora e argumentativa;
- 2 – Capacidade de acompanhar a realidade educacional;
- 3 – Habilidade para realizar reflexões críticas;
- 4 – Descobrir as habilidades para construir sua identidade como professor.

Os componentes serão acompanhados processualmente, tendo como desfecho uma autoavaliação.

Bibliografia:

Básica:

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente - LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

BRASIL. Lei 13.005/14 – Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

BRASIL. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CORTI, A.; CÁSSIO, F.; STOCO, S. (org.). Escola pública: práticas e pesquisas em educação. São Paulo: Editora da UFABC, 2023. Disponível em: <https://editora.ufabc.edu.br/downloads/download/5-livros-em-pdf/49-escola-publica>

Complementar:

ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel (orgs). Múltiplas leituras da nova LDB, Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya, 1997.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 18, n. 2, June 2004.

AZANHA, Jose Mario Pires. Experimentação educacional: uma contribuição para sua análise. São Paulo, SP: EDART, 1974.

AZANHA, José Mário Pires. Políticas e Planos de Educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. Cadernos de Pesquisa: São Paulo, n. 85, maio. 1993.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. (trad. De Marco Aurélio Nogueira), São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORGES, Zacarias P. Política e educação: análise de uma perspectiva partidária, Campinas-sp, FAEP/UNICAMP/Hortograff, 2002.

BOTH, Ivo J. Municipalização da educação: uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental, Campinas, SP: Papyrus, 1997.

CAMPOS, M.R. de; CARVALHO, M.A. de. A Educação nas Constituições Brasileiras. Campinas, Pontes, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação, estado e democracia no Brasil. 6. ed. São Paulo, SP; Niterói, RJ; Brasília, DF: Cortez: EdUFF: FLACSO, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. 2. ed. São Paulo, SP; Brasília, DF: UNESP: FLACSO, 2005.

DAVIES, Nicholas. Fundeb: A Redenção da Educação Básica? Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 753-774, out. 2006.

DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços, Campinas, SP: Papyrus, 1997.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

DE TOMASI, L.; WARDE, M.J.; HADDAD S. A. (orgs). O Banco Mundial e as políticas educacionais, São Paulo: Cortez, 1996.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação, Volume 23, no. 80 (especial): Políticas públicas para a educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002, São Paulo, Cortez, Campinas SP: CEDES, 2002.

FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, SP: Dominus: Editora da USP, 1966.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1987.

FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade, São Paulo: Edart, 1977.

FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclos, Seriação e Avaliação: confronto de lógicas, São Paulo: Moderna, 2003.

FRIGOTTO, Gaudencio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1993.

GANDINI, Raquel P.C. Notas sobre a constituição do Estado Nação e a educação pública. Revista PRÓ-POSIÇÕES. Vol.3 Nº 2 [8], julho 1992, S. Paulo. Cortez Editora, Campinas-UNICAMP.

GUIMARÃES, Áurea M. A dinâmica da violência escolar: conflito e ambiguidade. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). Campinas SP: Cortez, 1993.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA T.T. (orgs). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GIUBILEI, Sonia. Trabalhando com adultos, formando professores. 1993. [217]f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas [SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000072150>>. Acesso em: 22 jan 2011.

HAGUETTE, A. Educação, bico, vocação ou profissão? Educação e sociedade, nº 38, 1991, p. 109-121.

HELOANI, José R. Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho, São Paulo: Atlas, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1979.

KRAWCZYK, Nora Rut e VIEIRA, Vera Lúcia. Homogeneidade e heterogeneidade nos sistemas educacionais: Argentina, Brasil, Chile e México. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

LIBANEO, Jose Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. Educação básica: políticas, legislação e gestão: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

OLIVEIRA, Cleiton de. Municipalização do ensino brasileiro. In OLIVEIRA, Cleiton et al. Municipalização do Ensino no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. Educação e sociedade, Campinas vol. 26 nº 92, 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs.). Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola publica. 3. ed. São Paulo, SP: Xamã, 2000.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 13. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Geovanio. Educação básica: da organização legal ao cotidiano escolar. São Paulo, SP: Ática, 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC. In Educação e Sociedade. Campinas/SP: Centro de Estudos Educação e Sociedade; v. 23, n. 80, (p.109-136) setembro/2002.

PAIVA, V. Um século de educação republicana. S.P. Cortez/Ed. UNICAMP. Revista Pro-Posições Vol. 1 nº 1 (2), julho/1990.

PLANK, David – Política educacional no Brasil: caminhos para salvação pública. Porto Alegre RS: Artmed, 2001.

PORTELA, Romualdo O.; CATANI, Afrânio M. As Constituições Estaduais Brasileiras e Educação, São Paulo: Cortez, 1993.

PORTO, Maria Rosário. A função social da escola. In: Roseli Fischmann. Escola Brasileira: temas e estudos, São Paulo: Atlas, 1987.

RIBEIRO, M.L. História da Educação Brasileira: a organização escolar, S.P; Cortez, 1990.

ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil (1930/1973), Petrópolis, Vozes, 1980.

SAVIANI, Dermeval. A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas, Campinas; Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. Campinas; Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. Educação & Sociedade, ano XX, nº 69, Dezembro,1999.

SAVIANI, Dermeval. Educação brasileira: estrutura e sistema. 8. ed, Campinas; Autores Associados, 2000.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. A escola como organização complexa. In GARCIA, Walter E. Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento. São Paulo, SP: McGraw-Hill: FENAME, 1978.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. As dimensões do projeto político - pedagógico: novos desafios para a escola. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.